



República Federativa do Brasil
Gabinete de Segurança Institucional
Departamento de Segurança da Informação
Núcleo de Segurança e Credenciamento

Tratamento da Informação Classificada

Objetivo



Apresentar os principais aspectos do Tratamento da Informação Classificada.



Sumário

- ☐ Introdução
 - ☐ Tratamento da Informação Classificada
 - ☐ Responsabilidades
 - ☐ Conclusão
-



Cenário Atual



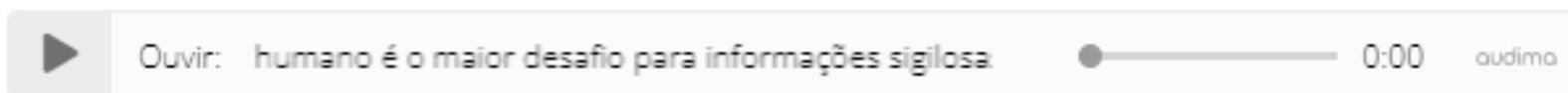
OPINIÃO

Fator humano é o maior desafio para tratamento de informações sigilosas

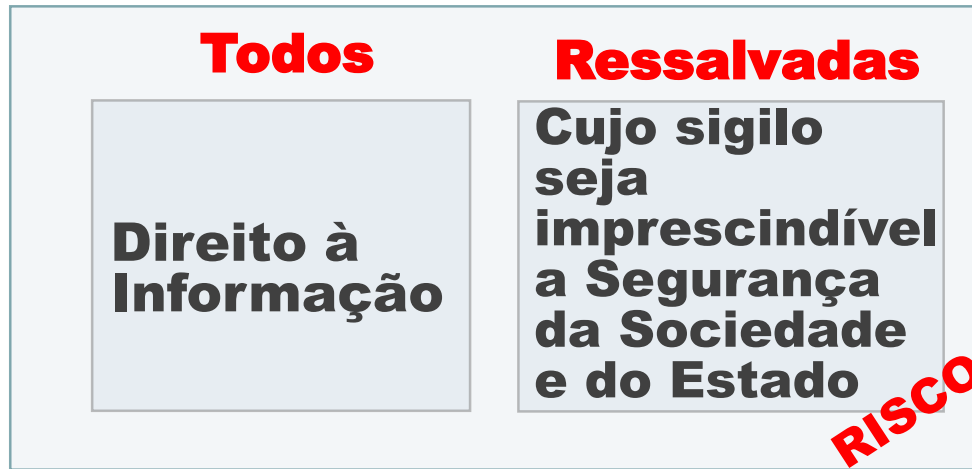
14 de dezembro de 2018, 6h26

 [Imprimir](#)  [Enviar](#)   

[Por Milena Fório e Lucas Maldonado Diz Latini](#)



Arcabouço Jurídico



Inciso XXXIII do Art. 5º CF/88

Lei nº 12.527/2011

Lei de Acesso à Informação

LAI



Poder Executivo federal

- **Decreto nº 7.724, de maio de 2012.**
 - Acesso à informação e classificação da informação.
- **Decreto nº 7.845, de novembro de 2012.**
 - Credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada e dispõe sobre o NSC.
- **Normativos GSI/PR**

Núcleo de Segurança e Credenciamento

- Objetivos:
 - Credenciamento de Segurança; e
 - Garantir a segurança de Informação sigilosas, inclusive as provenientes de atos internacionais.



Normativos do GSI/PR



- Instrução Normativa GSI/PR nº 2, de 5 de fevereiro de 2013. Credenciamento de segurança para o tratamento de informação classificada;
 - Instrução Normativa GSI/PR nº 3, de 06 de março de 2013. Parâmetros e padrões mínimos dos recursos criptográficos;
 - NC01/IN02/NSC/GSI/PR, de 27 de junho de 2013. Credenciamento de segurança para o tratamento de informação classificada;
 - NC09/IN01/DSIC/GSI/PR, de 15 de julho de 2014. Uso de recursos criptográficos; e
 - NC20/IN01/DSIC/GSI/PR, de 15 de dezembro de 2014. Processo de tratamento da informação.
-

Mudanças Normativas

Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019. Dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto.



- Instrução Normativa - Credenciamento de Segurança; e
- Instrução Normativa - Tratamento da Informação Classificada.

Conceitos e Definições



Informação



Informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, **contidos em qualquer meio, suporte ou formato.**

Informação Sigilosa



É aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão da sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

Informação Classificada



São as informação sigilosas passíveis de classificação nos graus de sigilo **RESERVADO**, **SECRETO** e **ULTRASSECRETO**.

Temas Passíveis de Classificação



Risco à Segurança da sociedade e do Estado

**Defesa, soberania
e integridade do
território
nacional**

**Relações
internacionais**

**Segurança ou a
saúde da
população**

**Estabilidade
financeira,
econômica ou
monetária do País**

Forças Armadas

**Pesquisa e
desenvolvimento
científico ou
tecnológico**

**Instituições e
altas autoridades**

**Inteligência,
Investigação e
Fiscalização**

Sumário

- ☒ **Introdução**
 - ☐ **Tratamento da Informação Classificada**
 - ☐ Responsabilidades
 - ☐ Conclusão
-

Intervalo para o Café



Sumário

- ☒ **Introdução**
 - ☐ **Tratamento da Informação Classificada**
 - ☐ Responsabilidades
 - ☐ Conclusão
-

Tratamento da Informação Classificada



PRODUÇÃO

CONTROLE

DESTINAÇÃO

RECEPÇÃO

UTILIZAÇÃO

AVALIAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO

ELIMINAÇÃO

REPRODUÇÃO

ARMAZENAMENTO

ACESSO

ARQUIVAMENTO

TRANSPORTE

DISTRIBUIÇÃO

TRANSMISSÃO

Produção



Produção



É o processo de reunião dos dados sobre um assunto, a fim de analisá-los e transformá-los em uma informação que será classificada por uma autoridade competente.

Classificação



Informação Classificada

Graus de Sigilo
+
Temporalidade

ULTRASSECRETO
(Até 25 anos*)

SECRETO
(Até 15 anos)

RESERVADO
(Até 5 anos)



Quem Classifica (Competência)?

ULTRASSECRETO (Até 25 anos*)

- Presidente da República.
- Vice-Presidente da República.
- Ministros e Autoridades com as mesmas prerrogativas.
- Comandantes da Marinha, Exército e Aeronáutica.
- Chefes de Missões Diplomáticas e Consulares permanentes no exterior.

SECRETO (Até 15 anos)

- Titulares de Autarquias, Fundações ou Empresas públicas e sociedades de economia mista.

RESERVADO (Até 5 anos)

- Funções de Direção, Comando ou Chefia, nível DAS 101.5 ou superior, do grupo-direção e assessoramento superiores, ou de hierarquia equivalente.

Inciso I, II e III do art. 27 da LAI

Classificação

Termo de Classificação de Informação (TCI)

- Formalização da decisão de classificação de informação.
- A Informação Ultrassegredo e Secreto: Deve ser remetido à Comissão Mista de Reavaliação da Informação (CMRI) em até 30 dias.

| SECRETO | |
|--|--|
| TERMO DE CLASSIFICAÇÃO DE INFORMAÇÃO | |
| ÓRGÃO/ENTIDADE: Ministério Xis Pê Tê Ô | |
| CÓDIGO DE INDEXAÇÃO: 98020.000434/201435.S.02.15/09/2014.14/09/2029.N | |
| GRAU DE SIGILO: SECRETO | |
| CATEGORIA: 02 e 09 | |
| TIPO DE DOCUMENTO: Aviso | |
| DATA DE PRODUÇÃO: 15/09/2014 | |
| FUNDAMENTO LEGAL PARA CLASSIFICAÇÃO: Incisos IV e VII do art. 25 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012. | |
| RAZÕES PARA A CLASSIFICAÇÃO: A difusão de dados científicos referentes a projeto de interesse nacional pode acarretar perda de ativos importantes para o Estado Brasileiro, bem como a difusão de fases do projeto podem colocar em risco a população. | |
| PRAZO DA RESTRIÇÃO DE ACESSO: 15 anos | |
| DATA DE CLASSIFICAÇÃO: 17/09/2014 | |
| AUTORIDADE CLASSIFICADORA | Nome: João Silveira Cargo: Ministro de Estado do Ministério Xis Pê Tê Ô |
| AUTORIDADE RATIFICADORA | Nome: Cargo: |
| DECLASSIFICAÇÃO em _/_/ | Nome: Cargo: |
| RECLASSIFICAÇÃO em _/_/ | Nome: Cargo: |
| REDUÇÃO DE PRAZO em _/_/ | Nome: Cargo: |
| PRORROGAÇÃO DE PRAZO em _/_/ | Nome: Cargo: |
| ASSINATURA DA AUTORIDADE CLASSIFICADORA | |
| ASSINATURA DA AUTORIDADE RATIFICADORA | |
| SECRETO | |

Classificação



Código de Indexação de Documento que Contém Informação Classificada (CIDIC)

Primeira Parte: NUP

**Art. 51
NUP**
(Art. 6º da Port. nº 03, de
16/05/03, da SLTI/MPOG)

Segunda Parte

**Art. 52, I
Grau de
Sigilo**

U, S ou R

**Art. 52, II
e Anexo
II
Categoria**

01 a 17

**Art. 52, III
Data de
Produção**

DD/MM/AAAA

**Art. 52, IV
Data de
Desclassificação**

DD/MM/AAAA

**Art. 52, V
Indicação da
Reclassificação**

S ou N

**Art. 52, VI
Data da
Prorrogação
(U)**

DD/MM/AAAA

98020.000431/2021-14.S.02.15/08/2021.14/08/2036.N

Arts. 51 e 52 Dec. nº 7.845/12

Importante



**Competência
para
Classificação**



**Tratamento da
Informação
Classificada**



Autoridade Legal



Função desempenhada do Agente Público

Marcação



Marcação



- **Cabeçalhos e rodapés** devem **conter o grau de sigilo** do documento.
- As **páginas** serão **numeradas**.
- **Procedimentos complementares** podem ser adotados pelos órgãos e entidades.
- Expressão em diagonal “**Documento Controlado (DC)**”, se o documento for assim tratado.

Marcação



Documento Controlado (DC)

- Protocolo e recibo específicos;
- Termo de custódia e registro em protocolo específico;
- Órgão expedidor e receptor fará a Lavratura anual de termo de inventário; e
- Termo de transferência de custódia ou guarda.

Marcação



Documento Controlado (DC)

- Todo documento classificado **ULTRASSECRETO** é considerado DC desde de sua classificação ou reclassificação (**Obrigatório**).
- Podem ser estendidos aos outros documentos classificados (**RESERVADO** e **SECRETO**) a critério do órgão (**Facultativo**).

Marcação



Ofício nº 162/2021/

Ao Senhor
JOSÉ MARIA DA SILVA
Ministro de Estado do
Ministério Ypsilon Xis
Esplanada dos Ministros
CEP: 70.088-100 - Brasília

Assunto: Processo
Referência: Contrato

Senhor Ministro,

1. construção da
implantação da
na cidade de
comprometimento
população.
2. do projeto, vár
suporte a gran
máximo de int
nosso país. Se
do projeto, ma
3. 31, que compo
desvinculado
controle de ins
antecipado pa
Colúmbia-RP.

Atenciosamente,

Ex

| | | |
|--|--|--|
| ULTRASSECRETO | | |
| TERMO DE CLASSIFICAÇÃO DE INFORMAÇÃO | | |
| ÓRGÃO/ENTIDADE: Ministério Xis Pê Tê Ó | | |
| CÓDIGO DE INDEXAÇÃO: 98020.000434/201435.S.02.15/09/2014.14/09/2029.N | | |
| GRAU DE SIGILO: ULTRASSECRETO | | |
| CATEGORIA: 02 e 09 | | |
| TIPO DE DOCUMENTO: Ofício | | |
| DATA DE PRODUÇÃO: 15/09/2014 | | |
| FUNDAMENTO LEGAL PARA CLASSIFICAÇÃO: Incisos IV e VII do art. 25 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012. | | |
| RAZÕES PARA A CLASSIFICAÇÃO: A difusão de dados científicos referentes a projeto de interesse nacional pode acarretar perda de ativos importantes para o Estado Brasileiro, bem como a difusão de fases do projeto podem colocar em risco a população. | | |
| PRAZO DA RESTRIÇÃO DE ACESSO: 15 anos | | |
| DATA DE CLASSIFICAÇÃO: 17/09/2014 | | |
| AUTORIDADE CLASSIFICADORA | Nome: João Silveira Cargo: Ministro de Estado do Ministério Xis Pê Tê Ó | |
| AUTORIDADE RATIFICADORA | Nome: Cargo: | |
| DESCCLASSIFICAÇÃO em | Nome: Cargo: | |
| RECLASSIFICAÇÃO em | Nome: Cargo: | |
| REDUÇÃO DE PRAZO em | Nome: Cargo: | |
| PRORROGAÇÃO DE PRAZO em | Nome: Cargo: | |
| ASSINATURA DA AUTORIDADE CLASSIFICADORA | | |
| ASSINATURA DA AUTORIDADE RATIFICADORA | | |
| ULTRASSECRETO | | |

Acesso



Acesso



- Necessidade de Conhecer.
- Credencial de Segurança.

Acesso



TCMS - Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo

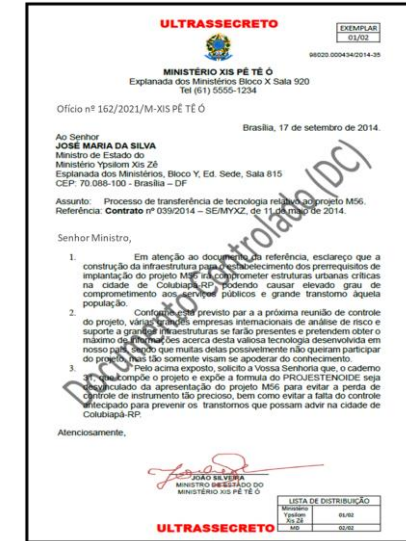


Anexo I do Dec. nº 7.845/12



Documento Físico

- Acondicionados em **envelopes duplos**.
- No **envelope externo** sem indicação do grau de sigilo ou do teor do documento.
- No **envelope interno constarão** o destinatário e o grau de sigilo do documento.



[illegible]

- arts. 26 ao 32 do Dec. nº 7.845/12**

Documento Físico



- A expedição, a condução e a entrega de documento físico **ULTRASSECRETO** será efetuada pessoalmente.
- Expedição de documento **SECRETO** ou **RESERVADO** será feita pelos meios de comunicação disponíveis ou por via diplomática, sem prejuízo da entrega pessoal.

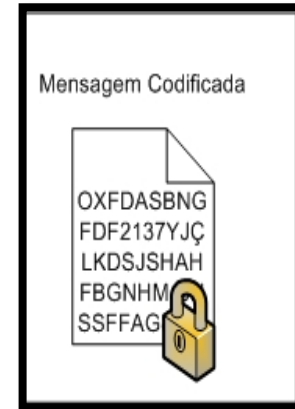
§ 1º do art. 25 da LAI

Documento Físico



Arts. 26 ao 32 do Dec. nº 7.845/12

Documento Digital



- Expedição de documento **ULTRASSECRETO**, **SECRETO** ou **RESERVADO** será feita pelos meios de comunicação disponíveis, desde que **criptografado** com o recurso compatível com o grau de sigilo (**ALGORITMO DE ESTADO**).

Algoritmo de Estado



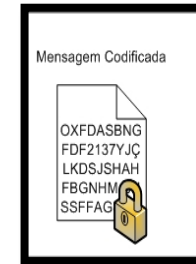
Função matemática utilizada na cifração e na decifração, desenvolvido pelo Estado, para uso exclusivo em interesse do serviço de órgãos ou entidades do Poder Executivo federal.

Preservação e Guarda



Preservação e Guarda

(Doc. Físico e Digital)



- É obrigatório o uso de **equipamentos e ambientes** com a **segurança compatível com o grau de sigilo**.
- Para armazenamento em meio eletrônico, os **sistemas de TI devem estar atualizados**.
- As **mídias para armazenamento poderão estar integradas a equipamentos conectados à internet**, desde que por **CANAL SEGURO** e com níveis de controle de acesso adequados.

Canal de Comunicação Seguro

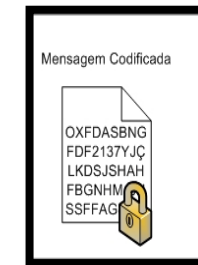
(Doc. Digital)



Rede Privada Virtual (VPN) que interligue redes dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal para a troca de informações classificadas, a qual deve **utilizar recurso criptográfico baseado em algoritmo de Estado.**

Preservação e Guarda

(Doc. Físico e Digital)



- Documento com informação desclassificada, para fins de guarda permanente ou eliminação, seguirá os preceitos da **Lei de Arquivos** e do seu **Decreto regulamentador**.
- Os meios eletrônicos de armazenamento devem utilizar recursos criptográficos adequados ao grau de sigilo (**Algoritmo de Estado**).

Tratamento da Informação Classificada em Nuvem



Tratamento da Informação Classificada em Nuvem



PROIBIDO

Informação Classificada em grau de sigilo

Documento Preparatório que fundamenta a classificação de informação em grau de sigilo

Reprodução



Reprodução



- A **reprodução** do todo ou de parte, terá o mesmo **grau de sigilo do documento**.
- A **reprodução** total ou parcial deve ter **autorização expressa da autoridade classificadora ou autoridade hierarquicamente superior**.
- As cópias serão **autenticadas pela autoridade classificadora**.
- A operação será **acompanhada por pessoa oficialmente designada**.

Sistemas de Informação



Sistemas de Informação

(Doc. Eletrônicos)



- Canais de comunicação seguros.
- Certificado Digital.
- Utilizar recurso criptográfico baseado em **ALGORITMO DE ESTADO**.
- Deve possuir **registro dos acessos** autorizados e não-autorizados e das transações realizadas.

Sistemas de Informação

(Doc. Eletrônicos)



- Devem estar **isolados** ou **ligados a canais de comunicação seguros**, física ou logicamente **isolados**, com recursos criptográficos e com segurança adequada.

Áreas, Instalações e Materiais



Áreas e Instalações



- Áreas de acesso Restrito: **áreas e instalações** que contenham **documento com informação classificada** ou que **demandem proteção**.
 - Os **órgãos e entidades** públicas **adotarão medidas** para **definição, demarcação, sinalização, segurança e autorização de acesso** às suas áreas de acesso restrito.
 - As **visitas** às áreas de acesso restrito **serão disciplinadas pelo órgão e entidades** públicas.

Áreas e Instalações



Posto de Controle (PC)

É a unidade de órgão ou entidade pública ou privada, habilitada, **responsável pelo armazenamento e controle** de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

Material de Acesso Restrito



Qualquer matéria, produto, substância ou sistema que:

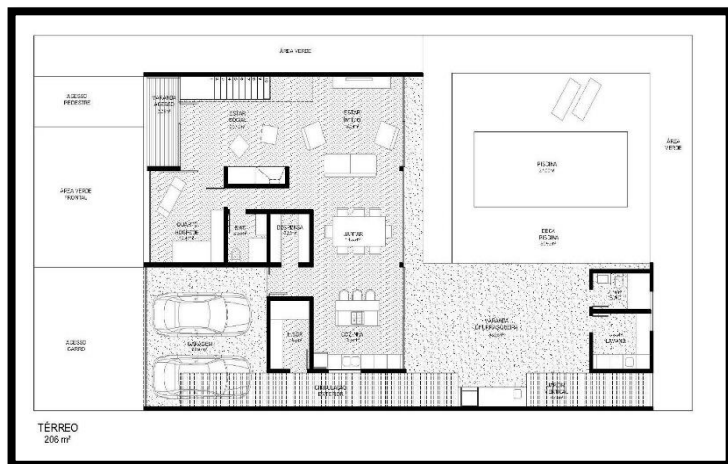
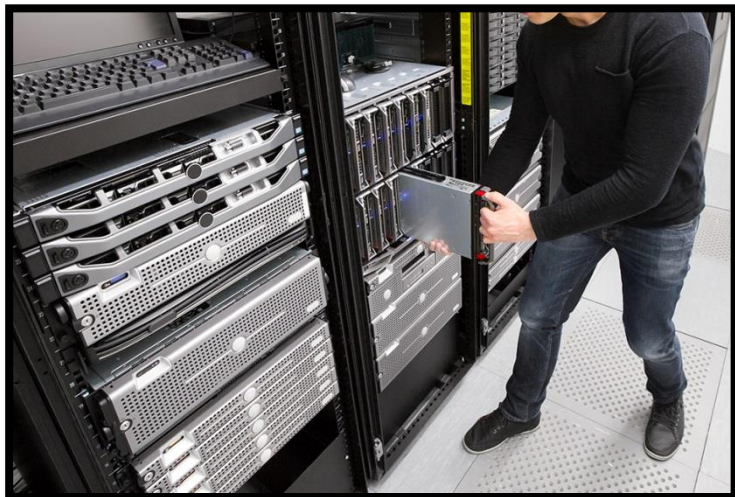
- contenha, utilize ou veicule conhecimento ou informação classificada em qualquer grau de sigilo, informação econômica ou informação científico-tecnológica,
- cuja **divulgação implique risco** ou **dano** aos **interesses da sociedade e do Estado**.

Material de Acesso Restrito



- **Acesso restrito** às **pessoas autorizadas** pelo órgão ou entidade.
- Os órgãos ou entidades públicas **expedirão instruções adicionais** necessárias à salvaguarda dos assuntos relacionados ao emprego de material de acesso restrito.

Material de Acesso Restrito



Acordos Internacionais



Acordos Internacionais



- O tratamento de informação classificada resultante de **tratados, acordos ou atos internacionais** de que o Brasil assinou com outra nação ou organização internacional **atenderá às normas e recomendações constantes desses instrumentos.**

Contratos Sigilosos



CONTRATOS SIGILOSOS



Contrato que envolva Informação Classificada, deve prever a assinatura e o estabelecimento de cláusulas com os seguintes requisitos **OBRIGATÓRIOS de:**

- **Manutenção de sigilo** sobre objeto e a sua execução;
- Possibilidade de **inclusão ou alteração de cláusula de segurança não prevista;**
- **Concessão de credencial de segurança ou assinatura do TCMS**, para quem tiver acesso e necessidade de conhecer;
- **Obrigação de receber inspeções** para habilitação de segurança; e
- **Responsabilidade** em relação aos procedimentos **de segurança, relativa   subcontratação.**

Arts. 48 e 49 do Dec. n  7.845/12

Sumário

- ☒ Introdução
 - ☒ Tratamento da Informação Classificada
 - ☐ Responsabilidades
 - ☐ Conclusão
-

Responsabilidades



Responsabilidades

Condutas ilícitas

- **Não fornecer uma informação ou retardar o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa.**
- **Utilizar indevidamente, subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação.**
- **Divulgar ou permitir a divulgação ou acessar ou permitir acesso indevido à informação sigilosa.**
- **Impor sigilo à informação para fins pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem.**

Responsabilidades

Sanções

- Além das sanções Cíveis, Penais e Penais Militar que qualquer cidadão esta sujeito, **a LAI dita** que ainda estão sujeito as seguintes sanções em, razão de condutas ilícitas:
 - Forças Armadas: transgressões militares médias ou graves.
 - Infrações administrativas.
 - Improbidade administrativa.
 - Advertência e **multa**.

Importante



Art. 25. É dever do Estado controlar o acesso e a divulgação de informações sigilosas produzidas por seus órgãos e entidades, assegurando a sua proteção.

Art. 26. As autoridades públicas adotarão as providências necessárias para que o pessoal a elas subordinado hierarquicamente conheça as normas e observe as medidas e procedimentos de segurança para tratamento de informações sigilosas.

Sumário

- ☒ Introdução
 - ☒ Tratamento da Informação Classificada
 - ☒ Responsabilidades
 - ☐ Conclusão
-

Conclusão

- ❑ A classificação da informação e seu tratamento é de interesse da Sociedade e do Estado.
- ❑ O envolvimento de todos é necessário para o Tratamento da Informação Classificada.



Presidência da República

Gabinete de Segurança Institucional

Departamento de Segurança da Informação
Núcleo de Segurança e Credenciamento

(61) 3411-4161
cgnscc@presidencia.gov.br

Testando os conhecimentos



Questão 1

Qual a principal atribuição de um Posto de Controle (PC)?

- ☒ a) É responsável pelo armazenamento e controle de informação classificada em qualquer grau de sigilo.
 - ☐ b) É responsável pelo Credenciamento de Segurança de um órgão ou entidade.
 - ☐ c) Não é uma área de acesso restrito.
-

Áreas e Instalações



Posto de Controle (PC)

É a unidade de órgão ou entidade pública ou privada, habilitada, **responsável pelo armazenamento e controle** de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

Questão 2

Em qual grau de sigilo um Ministro de Estado ou uma Autoridades com as mesmas prerrogativas tem competência para classificar uma Informação?

a) Ultrassegredo, Secreto, Reservado e Confidencial.

b) Ultrassegredo e Secreto.

 c) Ultrassegredo, Secreto e Reservado.

Quem Classifica (Competência)?

ULTRASSECRETO (Até 25 anos*)

- Presidente da República.
- Vice-Presidente da República.
- Ministros e Autoridades com as mesmas prerrogativas.
- Comandantes da Marinha, Exército e Aeronáutica.
- Chefes de Missões Diplomáticas e Consulares permanentes no exterior.

SECRETO (Até 15 anos)


- Titulares de Autarquias, Fundações ou Empresas públicas e sociedades de economia mista.

RESERVADO (Até 5 anos)

- Funções de Direção, Comando ou Chefia, nível DAS 101.5 ou superior, do grupo-direção e assessoramento superiores, ou de hierarquia equivalente.

Questão 3

Quanto ao Tratamento da Informação Classificada em Nuvem, qual a opção correta?

- a) Permitido, desde que se use um canal seguro.
 - b) Permitido para as informações classificadas no grau de sigilo Reservado.
 -  c) Proibido para as informações classificadas em qualquer grau de sigilo, bem como para o Documento Preparatório que fundamenta a classificação de informação em grau de sigilo.
-

Tratamento da Informação Classificada em Nuvem



PROIBIDO

Informação Classificada em grau de sigilo

Documento Preparatório que fundamenta a classificação de informação em grau de sigilo



República Federativa do Brasil
Gabinete de Segurança Institucional
Departamento de Segurança da Informação
Núcleo de Segurança e Credenciamento

Tratamento da Informação Classificada

Palestrante: Josemar Andrade Fraga – Assessor Técnico
josemar.fraga@presidencia.gov.br